

# GARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)

Mala Direta Postal  
Básica

9912264199/2015-DR/PE  
SINDSEP/PE  
CORREIOS



## Só a mobilização barra o golpe

» páginas 6 e 7

**Franklin Martins**  
fala sobre  
**regulação da**  
**mídia e**  
democratização da  
comunicação » páginas 9,10 e 11



Lançada **campanha**  
salarial dos servidores  
**federais** » página 4

Começou edição **2016**  
do Fórum sobre  
**envelhecimento** » página 8

## Liminar suspende **aumento** abusivo da **Geap**

» página 3

# A luta de classe e o golpe

A classe trabalhadora tem sido sistematicamente atacada, com retirada de direitos, projetos reacionários sendo apresentados no Congresso Nacional, entre outras medidas que a atingem diretamente. Em meio a esse cenário, o maior líder dos trabalhadores da história brasileira, o ex-presidente Lula da Silva, está sendo vítima de uma perseguição sem precedentes. Isso representa mais um golpe contra a classe trabalhadora. O emblemático depoimento de Lula à Polícia Federal de forma coercitiva, no início de março, é simbólico para mostrar que a luta de classe está cada vez mais forte no Brasil.

Lula foi único representante dos trabalhadores na história do país a chegar ao cargo máximo da nação. O medo é que esse episódio se repita em 2018. Não bastasse a condução coercitiva, às vésperas de mais uma manifestação pró-impeachment, realizada dia 13 de março, contra Lula e o PT, um novo espetáculo midiático é fabricado pelo juiz Sérgio Moro: a divulgação de gravações telefônicas grampeadas de Lula em conversas reservadas com várias pessoas, entre elas, a presidenta Dilma.

## Há um conluio entre setores do poder Judiciário, da mídia e de forças conservadoras

O que estamos vendo, na verdade, é um conluio entre setores do poder Judiciário, da mídia e de forças conservadoras da elite. São os mesmo atores que estiveram por trás do golpe civil-militar de 1964 e da crise que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Querem repetir a história.

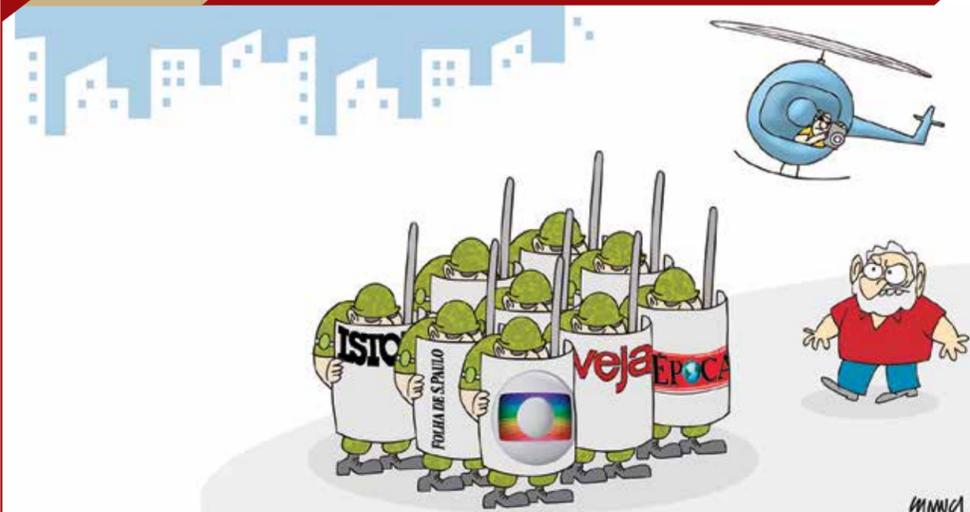
A Operação Lava-Jato, criada com o intuito de investigar práticas de corrupção no Brasil, teve seu trabalho desviado e age com um único objetivo: criminalizar as forças de esquerda.

Não precisa ser militante nem de esquerda para perceber isso. Basta analisar a sequência dos acontecimentos. A ação que originou um Mandado de Condução Coercitiva contra Lula aconteceu um dia depois de uma grande reportagem da Revista IstoÉ fazendo graves acusações contra o ex-presidente e de o Jornal Nacional reservar quase 40 minutos do programa para atacar o petista. E mais, tudo isso aconteceu dez dias antes da manifestação golpista do dia 13. É mera coincidência? É preciso parar para analisar os fatos.

Por que nomes como o dos senadores Renan Calheiros e Aécio Neves, do deputado Eduardo Cunha e de tantas outras pessoas ligadas ao PSDB, também citados na Lava-Jato, não são investigados nem tratados da mesma forma que Lula? O Sindsep-PE é contra a corrupção e defende que a investigação se dê igualmente para todos. Da mesma forma, a entidade é radicalmente contra qualquer tentativa de golpe e defende o Estado Democrático de Direito.

**Isac Santos**  
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE

## CHARGE SAMUCA



## ÚLTIMAS

### Curso de geopolítica

O Sindsep deu início ao calendário de cursos de formação em 2016. No dia 5 de abril, começou o mini-curso Geopolítica e Relações Internacionais, coordenado pelo cientista político Michel Zaidan. Com carga horária de 20 horas, o curso faz um panorama das questões políticas e econômicas, as causas e consequências dos conflitos e que acordos internacionais. Além de Zaidan, as aulas estão sendo ministradas pelos professores Marco Mondaini (UFPE), Thales Castelo Branco (Faculdade Damas), Rosa Maria de Freitas (Unicap) e Paloma Gonçalves (Consul dos EUA).

# Sindicato consegue liminar suspendendo reajuste abusivo

O Sindsep-PE conseguiu liminar na Justiça contra reajuste abusivo do Geap de 37,55%. Todos os servidores filiados ao sindicato terão os valores das mensalidades revistos. A decisão é parcial, mas já representa uma grande vitória, já que o juiz responsável pelo caso concedeu a suspensão antes mesmo de ouvir a Geap e a União.

Não existe prazo para o julgamento do mérito, ou seja, para uma decisão final, mas assim que tiver ela será amplamente divulgada nos informativos do sindicato. Se algum servidor filiado continua com a mensalidade reajustada deve procurar o setor jurídico do sindicato através do (81) 3131.6350. O atendimento é feito em horário comercial.

“Esperamos que o mesmo pensamento que levou a Justiça a conceder a liminar se confirme na decisão final. Esse aumento é abusivo e não podemos aceitar”, defendeu a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

O índice de 37,55% foi a média do reajuste, em alguns casos, dependendo da faixa salarial e da idade, o aumento chegou a 50%. Na ação civil pública coletiva, o Sindsep-PE se baseou no Direito do Consumidor. De acordo com o consultor jurídico do Sindsep, Cláudio Ferreira, o índice inviabiliza os termos do contrato, uma vez que os assegurados não terão mais condições de continuar arcando com os custos.

Ferreira lembra que a Geap se propunha a ser um plano solidário, em que a União arcava com 70% do valor, enquanto os assegurados 30%. Atualmente, houve uma inversão nesses percentuais, penalizando os servidores e inviabilizando o plano de saúde. Para o advogado, há uma clara tentativa de enfraquecer o Geap e, com isso, suprimir mais um direito social da classe trabalhadora, especificamente um direito do servidor federal.

Para a Condsef, esse desequilíbrio não se aplica só no reajuste. Embora a Geap seja um plano de saúde de auto-gestão, para atender os segurados, os servidores têm menos assentos na gestão do plano do que a administração. A confederação não faz parte do Conselho Administrativo do plano de saúde, só os órgãos fundadores.



**GRAÇA** “Esse aumento é abusivo e não podemos aceitar”

## Justiça mantém contrato com Unimed Cuiabá

Os servidores do Ministério da Agricultura, assegurados à Unimed Cuiabá, vão permanecer com o plano de saúde, pelo menos por enquanto. É que o Sindsep-PE conseguiu uma liminar revertendo a decisão da operadora de romper o contrato no dia 31 de março, um ano antes do previsto.

A Aliança Seguradora, responsável por administrar os contratos dos servidores do Ministério da Agricultura com a Unimed Cuiabá, anunciou a rescisão alegando prejuízos com o contrato. Para contornar o problema, sugeriu a migração dos assegurados da Unimed Cuiabá para a Unimed Norte/Nordeste. Mas, nesse caso, as mensalidades aumentariam em aproximadamente 50%.

O Ministério da Agricultura lançou um edital para contratar um novo plano de saúde, no início de março, mas nenhuma operadora se dispôs a participar da licitação. O órgão já informou que fará em breve um novo processo licitatório. Mas, diante da situação, muita gente já migrou para a Unimed Norte/Nordeste.

Para aquelas pessoas que não migraram, o Sindsep-PE realizou uma assembleia, no dia 21 de março, dando a possibilidade de elas entrarem com uma ação na Justiça. Os 47 servidores/titulares que participaram da assembleia decidiram por ingressar na Justiça. A princípio, só essas pessoas serão contempladas pela liminar, pois a ação foi coletiva e esses assegurados assinaram a ata de presença da assembleia e trouxeram todos os documentos necessários para a ação.

“A liminar, embora temporária, já foi uma conquista importante. Ganhamos mais tempo para tentar novo edital ou buscar outra forma de resolver esse problema”, explica o diretor do Sindsep-PE, da Condsef e da CUT, Fernando Lima. “É o resultado do trabalho feito para buscar a dignidade dos servidores da Agricultura”, acrescenta o também diretor do sindicato, Geraldo Ferraz.

A juíza da 28ª Vara do Recife, Adriana Cintra Coelho, concedeu a liminar sem precisar ouvir a parte acusada, nesse caso da Unimed Cuiabá. “Isso mostra que o nosso direito está bem fundamentado”, reforça o diretor do Sindsep-PE, Geraldo Martiliano. Caso descumpra a decisão, a Unimed Cuiabá pagará uma multa diária de R\$ 5 mil. <<

## ATENÇÃO



## EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco  
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista  
CEP 50.050-200 Recife – PE  
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839  
Home: [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)  
e-mail: [sindsep@sindsep-pe.com.br](mailto:sindsep@sindsep-pe.com.br)  
[imprensa@sindsep-pe.com.br](mailto:imprensa@sindsep-pe.com.br)

Coordenação Geral  
Maria das Graças de Oliveira  
Secretaria Geral  
José Carlos de Oliveira  
Secretaria de Imprensa e Divulgação  
Isac dos Santos Neto,  
Sérgio da Silva Goiana  
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição  
Fabiola Mendonça  
Texto  
Fabiola Mendonça (DRT-2506),  
Deyse Lemos (DRT 3909),  
Alexandre Yuri (DRT 2942)  
Revisão Mª de Lourdes  
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação  
Ilustrações Samuca  
Projeto gráfico, capa e diagramação  
Karla Tenório (DRT-2468)  
Impressão CCS  
Fone: 3458.0000  
Tiragem 12.000 exemplares



**PERNAMBUCO** No Estado campanha foi lançada durante assembleia geral realizada no dia 16 de março

## Federais lançam Campanha Salarial 2016

Em meio a um cenário turbulento pelo qual atravessa o país, no dia 16 de março, os servidores federais lançaram oficialmente a Campanha Salarial 2016 da categoria. O fórum nacional do setor realizou um ato público pela manhã em frente ao Ministério do Planejamento. Os sindicalistas foram recebidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, onde protocolaram a pauta de reivindicações deste ano.

Entre os eixos estão a defesa do direito de greve e da regulamentação da negociação coletiva no setor público. Os funcionários públicos federais também irão reivindicar uma política salarial permanente para o serviço público e o estabelecimento de uma data-base em 1º de maio. O reconhecimento à paridade entre ativos, aposentados e pensionistas também é prioridade.

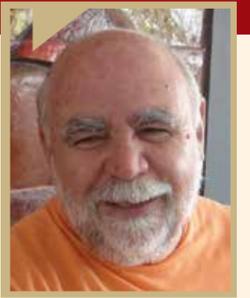
Está também na pauta dos servidores a isonomia de todos os benefícios entre os três poderes e a incorporação das gratificações produtivistas. Apesar de a conjuntura política atual ser bastante adversa, os trabalhadores também irão lutar para que o Congresso Nacional aprove projetos importantes para o setor público e derrube aqueles considerados prejudiciais.

### PERNAMBUCO

No mesmo dia, à noite, o Sindsep-PE realizou uma assembleia geral extraordinária para lançar a campanha no Estado. Na ocasião, foram apresentados os eixos de luta deste ano. “Vamos centrar fogo na busca pela isonomia de todos com o objetivo de conquistarmos a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. A aposentadoria com o último salário deveria ser uma conquista histórica estendida a todos os trabalhadores brasileiros”, comentou o secretário geral do Sindsep, José Carlos Oliveira.

A coordenadora do Sindsep-PE, Graça Oliveira, fez uma retrospectiva da última campanha. “Fizemos uma negociação, no ano passado. Mas, apesar da crise, ainda conquistamos um reajuste de 10,8% dividido em dois anos, 2016 e 2017. Em 2017, iremos debater uma nova proposta para 2018. Mas este ano, iremos lutar por bandeiras históricas que sempre estiveram em nossa pauta”, destacou.

A campanha unificada irá exigir o cumprimento dos acordos assinados; a aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados; a aprovação da PEC 56/14 que trata da aposentadoria por invalidez; a incorporação da luta contra o fim do abono permanência (PEC 139/15); denúncia da criminalização das lutas da lei antiterrorismo; o fim da terceirização e toda forma de privatização e precarização dos serviços públicos; e ainda a defesa da criação de novas vagas para concurso pelo Regime Jurídico Único (RJU). ◀◀



## O dilema patrimonialismo x republicanismo

Érica e variada a ensaística brasileira que trata da herança portuguesa ligada ao patrimonialismo. Nomes como Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro, Simon Schwartz, Oliveira Viana, Nestor Duarte constituem uma galeria de estudiosos das instituições políticas brasileiras, com uma profunda ênfase no uso privado, familista dos bens públicos e sua distribuição aos parentes, contraparentes, cupinchas, apaniguados e tais. Essa tradição analítica foi consideravelmente ampliada com os últimos ensaios de Francisco de Oliveira e o último livro de Faoro sobre o liberalismo no Brasil. Oliveira fala de uma burguesia de Estado, que só acumula capital através de uma relação simbiótica com o Estado e suas políticas de “socialização das perdas”. Burguesia cartorial, da corrupção e da sonegação fiscal; dos grandes e pequenos negócios com os agentes públicos. Empresas que criam fundações humanitárias para esconder a face podre dos desvios do dinheiro público através da participação em grandes obras públicas.

Naturalmente que isso só pode ser feito com a cumplicidade dos gestores públicos. Eles são sócios no crime. São beneficiários, de um ou de outro modo. A criminalização dos ilícitos contra o erário público, seus atores, beneficiários e agentes do poder público, imputando-lhes a responsabilidade civil e criminal, punindo-os exemplarmente e exigindo a devolução ou o pagamento dos recursos desviados. Não deve, entretanto, servir de instrumento de uma vindita ou catarse popular, sobretudo quando identificada com a figura do “vingador público”, seja um caçador de marajás ou um simples juiz.

“ Junte o quebra-cabeça: herança patrimonialista, burguesia de Estado, inoperância dos Poderes constituídos, instabilidade político-social, e autonomia do aparelho policial”

Mais problemático ainda é o uso ilegal, descontrolado ou partidarizado do chamado “Poder de Polícia” do Estado Democrático de Direito.

Não se pode aceitar a existência de um Estado policial e militar dentro do Estado Constitucional, regido pelo ordenamento jurídico da Nação. Isso ocorre quando os poderes da República não funcionam, não cumprem com suas obrigações. Se o Legislativo legislasse, o

Executivo executasse e o Judiciário garantisse o cumprimento das leis brasileiras, o aparelho militar e policial não teria tanta autonomia. O ativismo policial corresponde à inação dos outros poderes.

E a sociedade civil brasileira? O que dizer de seus espasmos participativos? Aqui entre nós não há propriamente o que se chama de “espaço público” no Brasil, entendido este como o lugar da formação racional da vontade política da sociedade. O que temos entre nós é um “espaço comum” produzido por uma sofisticada engenharia simbólica, destinada a nos fazer crer que pertencemos a uma imaginária comunidade nacional, a um mesmo movimento ou causa comum. Pior ainda, por empresas jornalísticas (que são concessão do poder público, rádio e televisão) que cuidam especialmente de seus interesses corporativos, sob o manto da inocência e da imparcialidade.

Agora junte os pedaços do quebra-cabeça: herança patrimonialista, burguesia de Estado, inação ou inoperância dos Poderes constituídos, instabilidade político-social, e autonomia do aparelho policial. Aí vem o messianismo político (a ideia de que “Deus é brasileiro”) e que vai enviar um anjo vingador, com suas espadas na mão, para nos redimir da ação dos carcomidos, dos corruptos, dos marajás etc. Claro que cada um espera que o messias saia de sua igreja, de seu partido, de seu movimento. Mas do caos, da desorganização institucional, da falta de esperança e confiança nas instituições públicas, pode brotar não o eleito que nos salvará do precipício na undécima hora, mas a besta-fera do apocalipse, e aí não vai ter para ninguém.

### PELO MUNDO

#### Argentina corta sinal da Telesur

Em mais uma violação aos direitos humanos, o governo argentino cortou, no final de março, o sinal de transmissão da TV multiestatal Telesur. O governo de Mauricio Macri resolveu encerrar a sociedade com a rede multiestatal e retirar o sinal da Telesur do sistema de Televisão Digital Aberta (TDA). Para a Aliança Bolivariana dos

Povos de Nossa América (Alba Movimentos), a ação “é uma clara violação à liberdade de expressão”, uma vez que privará a população de receber informação alternativa difundida pela Telesur, uma TV que prima pela pluralidade e diversidade, um diferencial em relação às emissoras comerciais. Mais um absurdo das forças retrógradas da Argentina.

#### Mídia internacional

A mídia internacional vem destacando o caráter de classe das manifestações brasileiras a favor do golpe. Sempre alertam para o fato da predominância de empresários, ricos, classe média alta, brancos, renda bem superior à média brasileira, sublinhando também o caráter e o histórico de direita de muitos dos oradores. Nos últimos tempos, mesmo os mais acirrados críticos dos governos liderados pelo PT, como o *Financial Times* e a *The Economist*, têm ressaltado a aventura no vazio que seria um impeachment, nesta altura, sem culpa formada de qualquer espécie.

# Campanha de ódio deixa o Brasil em estado de ebulição

A temperatura política brasileira subiu a altos níveis, nesse mês de março, com protestos da direita - convocados pela oposição, TV Globo e demais meios de comunicação - e a resposta dos movimentos sociais, partidos de esquerda e parte da sociedade que estão contra o golpe em curso no Brasil. A campanha de ódio, promovida pela elite brasileira, deixou o país em estado de ebulição, tendo como estopim a condução coercitiva do ex-presidente Lula, o qual foi obrigado a prestar depoimento de forma arbitrária a mando do juiz federal Sérgio Moro, e o início da tramitação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, contra Dilma. Para completar, o mesmo Moro divulgou para a mídia, de forma ilegal, conversas telefônicas grampeadas entre Lula e várias pessoas, entre as quais a presidenta Dilma.

“Acreditamos ser importante uma investigação que tenta desmontar uma rede de corrupção envolvendo políticos e empresários. Mas a operação Lava Jato deveria seguir ritos jurídicos e não ser usada para afetar apenas alguns políticos. Ela está sendo utilizada como fato político para insuflar o povo e destituir uma presidenta eleita democraticamente”, destacou o professor de direito da Faculdade de Direito do Recife, o advogado Alexandre da Maia.

A estratégia do opositor e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PM-DB-RJ), é acelerar ao máximo o impeachment para tentar retirar Dilma do poder, mesmo sem nenhuma prova contra ela. Cunha, que pode ter seu mandato cassado a qualquer momento, está convocando sessões até para dias em que parlamentares costumam não comparecer em plenário nem estarem presentes em Brasília. Os deputados da Comissão discutem a aprovação de um parecer que autoriza ou rejeita a abertura do processo de impeachment. A decisão será por maioria simples entre os 65 nomeados.

## QUEDA DE BRAÇO

A Comissão é presidida pelo deputado Rogério Rosso (PSD-DF), que tem estreita relação com Cunha. O relator Jovair Arantes (PTB-GO) também é aliado de Cunha. Segundo expectativa do presidente da Câmara, se houver sessões em todos os dias úteis, é possível levar o documento à votação no dia 13 de abril. Segundo levantamento feito recentemente, a comissão está praticamente empatada, com leve vantagem entre os opositoristas. Dos 65 parlamentares escalados, 24 são contra o afastamento da chefe do Poder Executivo, 28 são a favor e 13 não decidiram seus votos. O levantamento foi feito pelo Portal iG com base em números de movimentos sociais e apuração junto aos gabinetes dos parlamentares.

“Fica claro que esse é um golpe da direita e da elite nacional, sempre apoiada pelos grandes meios de comunicação, porque não existe nada que desabone a presidenta Dilma. A insatisfação existe porque os governos do PT favoreceram a classe trabalhadora e a parcela mais pobre da população, dando chance a todos de emprego, salário mais digno, alimentação, moradia, mais educação e saúde e, inclusive, ao lazer”, comentou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Mas há pressão também sendo exercida sobre Cunha. Corre no Conselho de Ética o processo disciplinar que analisa se o peemedebista quebrou o decoro parlamentar. Cunha corre risco de ter o mandato cassado. No ano passado, ele foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de ter recebido US\$ 5 milhões em propina do esquema investigado pela operação Lava Jato, e também teve seu nome ligado a contas secretas na Suíça. No conselho da Câmara, a investigação e a oitiva das testemunhas de defesa e acusação têm o prazo de 40 dias úteis – até 18 de maio. O relatório deverá ser apresentado até o dia 2 de junho e, em seguida, discutido e votado pelos integrantes.



**PELA DEMOCRACIA** Trabalhadores do campo e da cidade, dos setores público e privado, movimentos sociais, estudantes: todos contra o golpe



O Sindsep presente nas manifestações de rua dos dias 18 e 31 de março, que transformou o Recife e Brasília num mar vermelho



## Uma grande corrente popular contra o golpe

Enquanto a Comissão Especial que discute a abertura do processo de impeachment realizava sua primeira sessão de debates no dia 18 de março, milhões de pessoas saíram às ruas de todo Brasil e de outros países em apoio à democracia e contra o golpe. Entidades, juristas, artistas e a totalidade dos movimentos sociais se manifestaram contra o risco da volta do Estado de Exceção e o fim do Estado democrático de direito, liderados pela mídia e por parte do Judiciário brasileiro. No dia 18 de março, as ruas avermelharam Brasil afora.

No Recife, representantes do Sindsep, da CUT-PE e outras centrais sindicais, dos movimentos sociais e partidos de esquerda que compõem a Frente Brasil Popular de Pernambuco (FPB) realizaram um grande ato contra o golpe e em defesa da democracia e dos direitos sociais. O ato que teve início às 15h, na praça do Derby, seguiu até a praça da Independência, passando pela Conde da Boa Vista, com carros de som, batucadas, caboclinho, rodas de ciranda e o bloco *Eu Acho é Pouco*. Assim como em diversas outras cidades brasileiras, um mar de gente tomou conta do centro do Recife.

“Não se pode tirar uma presidenta apenas porque setores da população estão insatisfeitos com o seu governo. Estamos em uma democracia e todos têm que obedecer aos ritos democráticos. Isso é golpe, apoiado pelos grandes meios de comunicação, por uma parcela do Judiciário, que também pertence à elite nacional, e pela oposição que está aproveitando a situação para tentar tomar o poder”, destacou o secretário-geral do Sindsep-PE, José Carlos Oliveira.

Ao contrário de grandes juristas como Celso Bandeira de Melo e Fábio Konder Comparato e para surpresa do meio jurídico, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu apoiar o impeachment, repetindo o que fez em 1964 ao apoiar o golpe militar. A decisão revoltou advogados de todo o Brasil, que já pensam em fundar outra ordem de advogados. Como resposta, foi fundado o movimento Juristas pela Democracia, o qual dá apoio ao governo Dilma. Em todo o país, estão acontecendo manifestações de advogados e juristas contra o impeachment, a exemplo do que aconteceu na frente da Faculdade de Direito do Recife, no dia 21 de março.

“O que está em jogo não é se quem senta na cadeira presidencial é A ou B. O que está em jogo é a cadeira. É a preservação dos pilares democráticos. Não se pode criar uma estrutura, com a ajuda da mídia, para condenar pessoas sem provas”, concluiu o professor de Direito, Alexandre da Maia.

## População não quer retrocesso

No dia 31 de março – quando o golpe de 64 completaria 52 anos –, milhares de pessoas voltaram a ocupar as ruas do Brasil, em mais uma manifestação contra o golpe e em defesa da democracia. Os atos reuniram representantes do Sindsep-PE, além de outros sindicatos, da CUT, MST, MTST, Fetape, movimentos sociais, estudantis e partidos de esquerda que compõem a Frente Brasil Popular.

O objetivo era levar a população às ruas para se contrapor ao processo golpista que está em curso no Congresso Nacional para tirar a presidente Dilma Rousseff do governo, desobedecendo a Constituição Federal, uma vez que Dilma não praticou nenhum crime de responsabilidade. Pedalada fiscal não é desvio de dinheiro público e foi praticada por todos os ex-presidentes e vários governadores. Não é crime, tampouco corrupção.

Além disso, o processo golpista está sendo levado adiante por políticos acusados de corrupção e diversos crimes, como é o caso do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Um total de 37, dos 65 deputados que estão na comissão do ‘impeachment’ foram acusados de corrupção ou outros crimes graves. Dentre os 513 deputados, 303 estão sendo investigados. No Senado, são 49 senadores - de um total de 81 - suspeitos de terem cometido crime financeiro. O que está em jogo não é apenas o combate à corrupção e, sim, a disputa entre o projeto de exclusão (da oposição, liderada pelo PSDB, DEM, PPS, PMDB e outros) e o de inclusão social, com distribuição de renda e geração de emprego, que a sociedade vem elegendo desde 2002.



**MULTIDÃO** As ruas tomadas pelo povo

# Fórum discute, em abril, Dignidade na Saúde e na Doença

**D**ignidade na Saúde e na Doença é tema do próximo Fórum sobre questões do envelhecimento, que acontece no dia 12 de abril, das 14h30 às 17h, no auditório G1, no 1º andar do bloco G da Unicap. A entrada é franca. O fórum é realizado pela Coordenação Geral Comunitária da Unicap em parceria com o Sindsep-PE, através do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas da entidade. O evento é mensal e a cada mês traz o tema ligado ao lema do ano, que em 2016 é *Envelhecer com dignidade: uma busca de todos nós*.

Até o final do ano, além do fórum de abril, serão realizados mais seis. No dia 10 de maio o tema será *A dignidade da pessoa idosa diante das novas gerações*. No dia 14 de junho, *Sexualidade com dignidade no envelhecimento*. Em julho, por causa do período de férias da universidade, o fórum dá uma pausa.

As atividades serão retomadas no dia 9 de agosto com o tema *Educação para Dignidade no Envelhecimento*. Em 13 de setembro a temática será *(Re)Discutindo políticas para a dignidade da pessoa idosa*. No dia 11 de outubro é a vez de falar sobre o *(Re)Empoderamento da cidadania da pessoa idosa*. Para fechar a programação do ano, no dia 8 de novembro, o assunto é *Como assumir a finitude com dignidade*.

O fórum não é apenas um evento de idosos, é aberto ao público de maneira geral. É para todos que se interessam pela geriatria, desde os estudantes, pesquisadores, até os cuidadores e familiares dos idosos.

## INÍCIO DOS TRABALHOS

A abertura do fórum foi realizada no dia 10 de março, no auditório do Sindsep-PE, e contou com as palestras da mestra em Teoria Literária, Flávia de Andrade Lima, e do professor de Teologia da Unicap, João Luiz Corrêa Júnior. Os trabalhos foram iniciados pela coordenadora geral da entidade, Graça Oliveira, que, depois, repassou a mesa para a diretora do sindicato, Marli Barbosa.

“Nossa parceria com o Fórum sobre Questões do Envelhecimento é antiga. Temos uma atenção especial voltada para nossos associados aposentados e pensionistas e o Fórum vem para coroar nosso trabalho”, ressaltou Graça Oliveira



EDIÇÃO 2016 Abertura do Fórum aconteceu no Sindsep-PE

### Calendário 2016

<b>12 de abril</b>	<i>Dignidade na Saúde e na Doença é tema do próximo Fórum sobre questões do envelhecimento</i>
<b>10 de maio</b>	<i>A dignidade da pessoa idosa diante das novas gerações</i>
<b>14 de junho</b>	<i>Sexualidade com dignidade no envelhecimento</i>
<b>9 de agosto</b>	<i>Educação para Dignidade no Envelhecimento</i>
<b>13 de setembro</b>	<i>(Re)Discutindo políticas para a dignidade da pessoa idosa</i>
<b>11 de outubro</b>	<i>(Re)Empoderamento da cidadania da pessoa idosa</i>
<b>8 de novembro</b>	<i>Como assumir a finitude com dignidade</i>

**As palestras vão acontecer sempre das 14h30 às 17h, no auditório G1, no 1º andar do bloco G da Unicap**

# A democracia e a regulação dos meios de comunicação



O JORNALISTA E EX-MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM) DO BRASIL DURANTE O MANDATO PRESIDENCIAL DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, FRANKLIN MARTINS, ESTEVE EM PERNAMBUCO NO ÚLTIMO MÊS DE FEVEREIRO. NA OCASIÃO, MARTINS PARTICIPOU DE UM ENCONTRO DO NÚCLEO DE ESTUDOS - POLÍTICA, ECONOMIA E SINDICALISMO (NEP) E PROMOVEU UMA PALESTRA SOBRE DEMOCRACIA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, NA SEDE DO SINDSEP-PE. VEJA AQUI TRECHOS DA PALESTRA.

## REGULAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A regulação dos meios de comunicação é um tema de extrema importância. Não estou falando da regulação da mídia impressa. Não acredito que essa mídia, que não é concessão pública, precise de regulação. É claro que precisam existir certas regras. Importante, por exemplo, ter o direito de resposta. Nesse sentido, foi muito importante a aprovação pelo Congresso do projeto de lei do senador Roberto Requião sobre o direito de resposta. Um projeto moderno, democrático e que equilibra um pouco o jogo que era plenamente desequilibrado. Se tivermos isso e um Judiciário que trate com equilíbrio e justiça questões relacionadas à mídia que não é concessão pública, de um modo geral, dá para regular.

Mas sou a favor da regulação dos meios eletrônicos de comunicação. Falo da radiodifusão, da radiotelevisão e as telecomunicações. Nós temos no Brasil uma necessidade dramática de um novo marco regulatório para as comunicações eletrônicas. E por várias razões. Primeiro,

porque o marco atual é velho e ultrapassado. O Código Geral de Telecomunicações, que finge reger a radiodifusão e as telecomunicações no Brasil, é de 1962. Ou seja, tem 53 anos. O segundo ponto é que, por incrível que pareça, o atual Marco Regulatório, se é que podemos chamá-lo assim, até hoje, não incorporou as diretrizes aprovadas na Constituição de 1988 sobre comunicação social. Tudo o que foi aprovado lá ficou na cristaleira. Isso porque não foram aprovadas leis que regulamentassem e que colocassem na prática os princípios da Constituição.

### FAROESTE CABOCLO

Como o marco é de 1962, foram acontecendo uma sucessão de transgressões que se tornaram costumeiras. Então, nós temos hoje em dia um faroeste caboclo nas comunicações eletrônicas. Vale tudo porque, na verdade, não há regulamentação. Teoricamente, você não pode vender espaço na televisão para outra pessoa. Mas se vende. Seria a mesma coisa, por exemplo, que a Gol vendesse a área dela, digamos de meio dia às 3 horas da tarde, para outra companhia. Evidente que não pode. Parlamentares não podem ser donos de canais de rádio e televisão. Mas, hoje, existe cerca de 200 parlamentares ou parentes que têm rádio e televisão. Então é um vale tudo enorme.

### CONVERGÊNCIA DAS MÍDIAS

Estamos vivendo uma era importantíssima em se tratando da comunicação. É o que chamam de era da convergência das mídias eletrônicas. Qual a diferença de um celular para a televisão? Cada vez menor. Qual a diferença de um computador para uma televisão? Cada vez menor. A garotada passa de uma mídia para a outra como se todas fossem a mesma coisa. E, na verdade, cada vez mais, tudo é a mesma coisa. Os dois ramos que correram paralelamente, ao longo do século XX, que eram as telecomunicações, ou seja, as empresas de telefonia, e, por um outro lado, as empresas de radiodifusão, estão convergindo. Isso porque as plataformas estão convergindo. E elas ocupam cada vez mais o mesmo espaço, que é o espectro eletromagnético, ou seja, as ondas pelas quais se transmitem a programação da rádio e televisão. E espectro eletromagnético é um bem finito. Não existe espectro eletromagnético à vontade no mundo. Não é capim. Então tem que haver uma concessão desse espaço para aquele grupo ou para aquela universidade ou sindicato... E se não tiver uma regulação, fica muito complicado porque quem vai regular é o mercado. E se o mercado regular, as poderosíssimas empresas de radiodifusão podem tirar o cavalo da chuva, porque quem vai prevalecer são as empresas de telefonia, porque elas faturam no Brasil treze vezes mais que as empresas de radiodifusão. Ou quem vai prevalecer são mecanismos de buscas na internet, como o Google, porque ele tem um acesso muito maior. A jamanta que está passando em cima das empresas de radiodifusão não são mais as teles, mas o Google, o Facebook, que ficam hoje em dia com 70% a 80% da publicidade.

### REGULAÇÃO NÃO É CENSURA

Há dez anos atrás existiam poucas pessoas interessadas nesse tema porque existia um certo sentimento de que a monopolização e a absoluta falta de regulação era natural. Que era “assim mesmo”. Mas não é. No mundo inteiro não é assim mesmo. No Brasil é assim porque todas as vezes que se tentou ter uma discussão séria sobre o assunto o debate foi interdito pela mídia dominante como se regulação fosse sinônimo de censura. E uma coisa não tem nada a ver com a outra. Liberdade de imprensa é algo absolutamente essencial para a democracia. A imprensa deve ser livre para publicar e divulgar o que quer e bem entende. Agora ela tem que ser responsável pelo o que ela publica e divulga. A censura é você impedir que haja a publicação. A censura é prévia. A regulação estabelece princípios que se uma empresa feri-los pode ser acionada junto aos organismos competentes por não ter cumprido com regulações que estão estabelecidas em todos os países democráticos do mundo. Mas se colocarmos limites, a oligopolização, a partidização, se aprovamos regras que obrigue os meios de comunicação a terem uma atenção especial para com as crianças e com a família, se colocarmos regras que os obriguem a incorporar a produção nacional e local durante um período da programação, se impedirmos que juizes, deputados ou senadores sejam donos de concessões de rádio e televisão, eles falam em ameaça à liberdade de imprensa. Mas os EUA adotam o princípio da regulação econômica. Na Europa, todos os países têm marcos regulatórios e agências reguladoras. A Argentina aprovou sua Lei de Mídias. O Equador aprovou e o Uruguai também aprovou. Na área da comunicação não pode haver poder dominante porque isso atenta contra a democracia. Tem que haver pluralismo. Isso é uma obviedade. Só que naturalizaram de tal forma a existência dos oligopólios que quando a gente defende a diminuição do poder dos oligopólios parece que você está querendo derrubar o mundo.



### REGULAMENTAÇÃO DA TV POR ASSINATURA

As discussões que tivemos nos últimos anos, em encontros nacionais, contribuiu muito para que em 2011 fosse aprovado o projeto de lei que regula a TV por assinatura. E um dos grandes problemas era o conflito entre as teles e as empresas de radiodifusão e o critério de que quem distribui não produz e quem produz não distribui, porque isso atingia de frente os interesses da Globo. Acabou sendo aprovado e a Lei é muito positiva, muito moderna. Ela estabelece bases para a produção nacional. Tanto que nós estamos vivendo um surto de produção. Aqui em Pernambuco, por exemplo, tem gente produzindo trabalhos que eram impossíveis serem produzidos há algum tempo atrás. A Lei estabelece que toda empresa, todo canal exibido no Brasil, deve um espaço X de produção nacional. E não pode ser produzido pela empresa. Tem que ser encomendado do mercado. A HBO, a Discovery Chanel, a Fox e também a Globo são obrigados a veicular produtos nacionais produzidos por outras empresas. A gente está assistindo a uma explosão no setor.

### PORQUE LULA E DILMA NÃO REGULAMENTARAM

Isso é algo extremamente complexo. Eu acho que se avançou na questão. Foi feita a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e deixamos um projeto de Lei, praticamente pronto, para o governo Dilma. Era um projeto moderado. Mas isso não andou. Porque? Eu diria que essa questão ainda não está no centro da pauta dos governos. Além disso, quais os deputados que compravam a briga nesse aspecto? Mesmo os deputados de partidos progressistas. Temos uma exceção aqui que é o Fernando Ferro. Mas a maioria não queria se comprometer. Acho que pensavam: se eu defender, a Globo vai fazer uma matéria ruim contra mim. O SBT vai me dar uma porrada. A rádio não vai me chamar mais para entrevista. Então foi algo que os partidos não assumiam, os parlamentares não assumiam, o governo não assumia. E existe uma questão! Se o governo não liderar o debate pelo Marco Regulatório de Concessão Pública ele não sai do papel. Porque é uma concessão pública dada pelo governo. Se o governo olha pro lado e diz que não é com ele, não vai andar.

### PRINCÍPIOS DA CONSTITUIÇÃO NÃO REGULAMENTADOS

Lutamos, basicamente, pela regulamentação dos princípios que estão previstos na Constituição Federal. Entre eles, respeito à intimidade, à privacidade, à imagem e à honra, o combate ao racismo e à discriminação, defesa da sociedade contra produtos que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente, democratização da oferta e regras para impedir a concentração dos meios de comunicação social e complementaridade das concessões na radiodifusão entre o sistema público, estatal e privado. No Brasil, 90% das concessões são dadas a empresas privadas. Na maioria dos países do mundo existe um equilíbrio entre o que é estatal, o que é da sociedade (sindicatos e ongs etc) e o que é privado. A Constituição também concede preferência na radiodifusão para as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, promoção e defesa da cultura nacional e das culturas regionais, estímulo à produção independente e proibição de concessões de TV a pessoas que gozem de imunidade parlamentar e foro especial. Além disso, defendo a criação de uma agência reguladora para tratar dos casos de dúvida. O que eu proponho é que se forme uma maioria em torno da Constituição. Vai ser difícil o outro lado dizer que é contra a Constituição. Eles são, mas é difícil de dizer. Eu acho que a gente tem que estudar, debater e se qualificar para interferir nisso de uma forma positiva. E não é só fazer discursos. É promover mudanças.

### VERBA PUBLICITÁRIA PARA AS NOVAS MÍDIAS

Acho que deve ter uma pequena parte para as novas mídias. Mas o governo não está anunciando nos grandes meios para subsidiar grupos e quebrar outros. O governo precisa se comunicar com a população. Se existe uma campanha de vacinação, ela terá que ser divulgada para a campanha ser um sucesso. Então o governo não pode simplesmente deixar de anunciar nos grandes grupos. Mas tem que ter um certo equilíbrio.

### A CULTURA DO SIMBÓLICO E A MÍDIA

O establishment, a elite, tenta passar a ideia, permanentemente, de que o mundo é injusto e de que não tem outro jeito. Ele sempre será injusto. No Brasil, a elite governava para um terço da população. O resto que se virasse. Esse sempre foi o discurso mantido por eles. Não era um discurso dito às claras, mas era o que eles passavam com suas decisões e ações. E isso é muito simbólico. Ou seja, se no Brasil não tem lugar para a maioria do seu povo, a parcela mais pobre, o que esse povo deve fazer? Vai aceitar e se submeter à situação. E a mídia sempre ficou do lado deles. Acho que o mais extraordinário do Governo do PT foi mostrar que é possível governar para todo mundo. Isso não quer dizer que é possível resolver todos os problemas do país, mas é possível ter um olhar para resolver esses problemas. No fundo, qual a diferença entre esquerda e direita? Não é uma ideologia política. A ideologia da substância. Mas a diferença é algo muito simples. A direita acha que os pobres merecem ser pobres porque eles não têm competência para serem ricos. A esquerda acha que os pobres são pobres porque eles não têm oportunidade. E por não terem oportunidades não conseguem competir com os outros que tiveram essa oportunidade. Então cabe ao Estado, à sociedade, oferecer políticas para lhes dar oportunidade. A diferença é que um lado diz que o pobre merece ser pobre e o outro diz que o pobre deve ter oportunidade. E eu acho que o governo Lula mexeu com o País porque mostrou que o pobre merece oportunidade e quando tem oportunidade agarra a oportunidade. Essa é a verdadeira meritocracia. Meritocracia onde se reduz a desigualdade.

### A MÍDIA E O GOLPE

É evidente que essa manobra midiática e jurídica que está em curso é um golpe. Se ele vai triunfar é outro departamento. Mas é um golpe. A direita, no Brasil, perdeu quatro eleições seguidas porque foi mostrado que é possível governar para todos. Foi mostrado que ser pobre não é estigma, mas uma condição social. No entanto, cada um dos programas desenvolvidos pelo governo Lula e pelo governo Dilma foram alvos de um combate feroz. A direita combateu o Bolsa Família, o Mais Médicos, o Pré-Sal, a política de valorização do salário mínimo, a Minha Casa Minha Vida... Ela não se conforma com um Brasil menos injusto, enquanto a maioria das pessoas querem um Brasil mais justo. Eles não podem discutir abertamente o programa deles. Não podem dizer que querem retrocesso. Então eles montam um discurso, mascarando o programa político deles, tentando colocar uma pecha de corrupção na esquerda. E o mais grave é que isso só será enfrentado com muita resistência. Um dia perguntaram a Napoleão: como é que você consegue que as suas tropas marchem em direção ao inimigo que está entrincheirado com canhões e rifles. E ele disse: “É muito simples. Eu monto o meu cavalo e vou à frente.” ◀

# O espectro do golpe

Espero que quando o presente artigo tiver sido publicado, ainda estejamos vivendo sob as asas protetoras de um Estado de direito democrático, com liberdades civis e políticas ainda preservadas, no mais fiel respeito à legalidade restaurada pela Constituição Federal de 1988, após os 21 anos de arbítrio impostos pela ditadura civil-militar nascida em 1º de abril de 1964. Espero não ter errado quando, durante um debate ocorrido em março de 2014, por ocasião do quinquagésimo aniversário do nosso último golpe de Estado, ao responder a pergunta de um estudante, afirmei não mais ser possível na atualidade histórica brasileira a imposição de um golpe de Estado nos moldes daquele ocorrido em 1964, de não mais ser possível a afirmação de um Estado de Exceção típico de todos os regimes ditatoriais que se tem notícia no mundo.

Desde a segunda fase dos protestos de junho de 2013, quando o vermelho das faixas, bandeiras e camisas que tomaram as ruas do país impulsionado pela luta inicial em torno do passe-livre foi substituído pelo verde-amarelo da bandeira nacional com uma miríade de demandas, já vinha percebendo uma perigosa inflexão na conjuntura política vivida no país, com uma crescente intimidação àqueles indivíduos e grupos que ousassem fazer aquilo que vinham fazendo cada vez mais normalmente desde a passagem dos anos 1970 aos anos 1980. Isto é, manifestar-se contra ou a favor de alguma causa no país, portando algum símbolo que os

identificassem como pertencentes a algum dos galhos da árvore genealógica socialista, seja ela reformista ou revolucionária.

De lá para cá, o tempo histórico acelerou-se num ritmo frenético que faz com que o que escrevemos hoje possa ter rapidamente se tornado anacrônico em menos de 24 horas, em virtude da sucessão de acontecimentos novos e, muitos deles, imprevisíveis. A única coisa que me parece certa afirmar hoje é o “Não vai ter golpe, vai ter luta”. A frase gritada nas manifestações recentes dos setores progressistas e populares Brasil afora deixou de ser um slogan a mais, tornando-se uma necessidade política urgente, caso não queiramos ser engolidos pelo reacionarismo raivosos dos setores majoritários do sistema midiático, do sistema judiciário e do sistema econômico, com adesão crescente da classe média alta das grandes e médias cidades do país, que resolveu abandonar de vez os seus escrúpulos ao explicitar o seu racismo de classe.

Um reacionarismo raivosos que faz reviver em nossas mentes a triste associação entre duas espécies de retórica de triste memória. De um lado, a retórica anticomunista agora travestida de antipetismo. De outro lado, a retórica moralista da luta contra a corrupção, que sempre investiu as principais lideranças trabalhistas brasileiras, de Vargas, em 1954, a Dilma e Lula, em 2016, passando por Jango, em 1964. A velha farsa se repete outra vez mais em nossa história, com muitas chances de se tornar uma



tragédia de grandes proporções no caso de conseguir aprovar numa Câmara dos Deputados dirigida por um político que reúne em si todas as principais características de alguém que tem aversão visceral pelo espírito republicano, o processo de impeachment contra a presidente da República Dilma Rousseff.

Não nos iludamos. O caldo de cultura do golpismo espraia-se com vigor, penetrando com força arrebatadora espaços pouco afetos a comentários de natureza fascista, como uma Vara de Família do Tribunal de Justiça. No dia seguinte às manifestações pelo impeachment da presidente Dilma e contra o ex-presidente Lula, foi entrevistado numa audiência de conciliação um diálogo que encantaria os mais fervorosos defensores do fim da política. Cena 1: com a palavra o juiz de direito, em tom de ironia: “doutora, a senhora saiu ontem de camisa e bandeira verde-amarela ou vermelha?” Cena 2: com a palavra a promotora de justiça, ligeiramente sem graça: “já fui muito às ruas de vermelho, hoje não vou mais.” Cena 3/Ato final: de novo com a palavra o meritíssimo, como que vai pronunciar uma sentença: “a solução é o fim de todos os partidos políticos!”

Que se fechem as cortinas...

## VITÓRIA

# Justiça dá GDPGPE para aposentados igual a ativos

O Sindsep-PE conseguiu mais uma vitória na Justiça para os seus associados. Dessa vez as ações exitosas são as dos aposentados do Plano Geral do Poder Executivo (PGPE), que pediam a equiparação da gratificação de desempenho deles com a dos ativos. Segundo o advogado do sindicato, Rodrigo Galindo, existe aproximadamente mil pessoas envolvidas na ação. Os processos estão em fase de cálculos e ainda precisam ser inscritos em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) ou precatórios. Quando forem liberados, todos serão comunicados por meio de telegrama ou telefone.

Como existiam ações em todo o Brasil referentes à equiparação da GDPGPE, a Justiça determinou que fosse julgada apenas uma ação e as demais acompanhariam a sua de-

**A ação envolve aposentados do PGPE, e, na maioria dos casos, equivale ao período de janeiro de 2009 até outubro de 2010**

cisão. Foi escolhido o Recurso Extraordinário (RE) 6311389 do Ceará. No final do ano passado, o processo transitou em julgado, sendo a

decisão favorável aos servidores.

Na maioria dos casos, a equiparação foi de janeiro de 2009 até outubro de 2010, quando foi regulamentada a GDPGPE e criada a avaliação de desempenho. Nesse período, os aposentados ganhavam 50% da gratificação e os ativos, 80%. Os valores a receber variam entre um servidor ou outro de acordo com o salário. Quem ganhava mais terá um saldo maior.

As gratificações de desempenho foram criadas há mais de 10 anos. Desde então, os aposentados recebiam um percentual menor que os ativos. O Sindsep entrou na Justiça para equiparar esses valores, já que não existia avaliação de desempenho para quem já se aposentou. O sindicato ganhou praticamente todas as ações dessa natureza. ◀